

APRESENTAÇÃO

Este volume de Debates do NER versa sobre religião e política. A primeira parte é dedicada à análise das relações entre religião e eleições 2010. Estamos, desta forma, dando continuidade a outros números da revista já consagrados a esse tema. De fato, os volumes três e seis incidiram sobre religião e eleições municipais em Porto Alegre, respectivamente nos anos 2000 e 2004, enquanto que o número dez versou a imbricação entre religião e política nas eleições majoritárias de 2006. A segunda parte deste volume versa sobre outros tópicos atuais e relevantes envolvendo as relações entre religião e política, como a laicidade na Argentina, o Acordo firmado entre o Estado brasileiro e a Santa Sé, e os discursos e visões acerca do monumento ao Cristo Redentor no Rio de Janeiro.

A análise das imbricações entre religião e eleições majoritárias de 2010 inicia com o texto de Ari Pedro Oro e Ricardo Mariano. Nele, os autores efetuam um balanço geral acerca da presença de candidatos a cargos eletivos que, no Rio Grande do Sul, se apresentaram publicamente enquanto religiosos ou representantes, oficiais ou não, de organizações religiosas. Ao mesmo tempo, o texto analisa o pleito a nível nacional, efetuando uma ampla análise da mútua instrumentalização da política e da religião ocorrida especialmente no segundo turno da campanha presidencial.

Na sequência, Leonildo Silveira Campos analisa a inserção evangélica na política partidária brasileira procedendo a uma recuperação histórica da formação das chamadas “bancadas evangélicas” no Congresso Nacional. O autor mostra que desde 1986 o seu número cresceu, mas reduziu nas eleições de 2006. Nas eleições atuais, porém, voltou a aumentar. Indaga-se, então, sobre os motivos que teriam levado à redução de votos em 2006 e ao seu aumento em 2010.

A participação evangélica nas eleições federais de 2010 é também objeto de análise de Marcelo Tadwald. Após apresentar e analisar a longa lista de deputados evangélicos na Câmara Federal desde a reabertura política, o autor

discorre sobre as polêmicas surgidas durante o segundo turno da campanha presidencial que tiveram nos evangélicos um papel de destaque, e que, na ótica do autor, apresentam elementos que podem ajudar a compreender e mesmo a projetar a sua atuação enquanto parlamentares.

O texto de Mauro Meirelles, Adriana Weege e Mariana Reinisch Piccolotto também versa sobre os evangélicos e a sua presença na política. Porém, os autores inscrevem a questão nas temáticas mais amplas da participação do fiel evangélico no mundo e das tensões teológicas entre o sagrado e o profano já presentes nas proposições de Lutero. Tais tensões entre as coisas do mundo e das coisas de Deus serão analisadas a partir da análise de duas denominações pentecostais, a Igreja do Evangelho Quadrangular e o Ministério Encontros de Fé.

Outra dimensão das relações entre religião e eleições 2010 incide sobre a participação dos afro-religiosos no pleito eleitoral. Sobre esta questão, Daniel Francisco de Bem e Rodrigo Marques Leistner analisam o que ocorreu no Rio Grande do Sul. Em seu texto, os autores examinam as razões do fracasso eleitoral dos três candidatos oriundos daquele meio religioso, evidenciando obstáculos externos e internos à inserção política afro-religiosa.

O segundo bloco do volume inicia com o texto de Juan Esquivel, que traz uma análise sobre a realidade argentina, apresentando uma pesquisa em andamento. Aborda as marcas religiosas impressas nas normas estatais e políticas públicas, assim como na cultura política dominante, com foco sobre o alcance, os dilemas e as encruzilhadas do processo de laicização do Estado argentino. Mais especificamente, três temas são abordados: a relação Estado-Igrejas; a política educacional e o tratamento da educação sexual; os programas de saúde sexual e reprodutiva.

O texto de Cesar Ranquetat Jr. acompanha o recente Acordo celebrado entre o Estado brasileiro e a Santa Sé a propósito do estatuto jurídico da Igreja Católica no Brasil. O trâmite de homologação do Acordo no Congresso Nacional suscitou reações entre parlamentares evangélicos, que propuseram um projeto conhecido como Lei Geral das Religiões. Ranquetat descreve e analisa como ocorreu a celebração do Acordo e a Lei Geral das Religiões, demonstrando como em torno deles ocorreu uma intensa

mobilização e articulação de políticos identificados com o catolicismo e com denominações evangélicas. Os debates travados a propósito dos dois textos legislativos revelam diferentes concepções na relação do Estado com a religião no Brasil, incluindo a noção de laicidade.

O artigo de Emerson Giumbelli e Izabella Bosisio é resultado de uma pesquisa mais ampla sobre o monumento ao Cristo Redentor, localizado no Rio de Janeiro. A existência de diferentes discursos e visões acerca do monumento é explorada em materiais distintos – levantamentos urbanísticos, obras comemorativas, registros em torno da eleição como “nova maravilha do mundo” – de modo a revelar as interações entre o cívico e o religioso. Embora a dimensão religiosa da imagem tenha se atenuado depois de sua ereção, ela ressurge nos interstícios de outras dimensões e celebrações.

O conjunto dos textos mostra uma crescente interação entre religião e política, fato este que constitui um forte elemento questionador da idéia segundo a qual um dos resultados da modernização seria um irreversível retraimento da presença do religioso na sociedade. Ao contrário, notamos constantes passagens e cruzamentos entre religião e política, baseados em mecanismos bastante complexos de recargas e de redefinições recíprocas, o que torna difícil o estabelecimento claro de fronteiras entre elas.

Ari Pedro Oro
Emerson Giumbelli
Organizadores

